AS RELIQUIAS DO PADRE ANCHIETA

NOVA COMMUNICAÇÃO AO INSTITUTO HISTORICO DA BAHIA

Publicando o que ácerca das reliquias do padre Anchieta tive a honra de communicar ao Instituto Historico, em setembro do anno passado, *O Paiz* (numero de 27 de outubro), dizia no fecho de uma nota excessivamente gentil para o autor da communicação: «Ella, além do mais, tem o merito de chamar a attenção dos que se interessam por essas coisas para as reliquias que ainda restam do grande catechista, e que se perderiam, ou se perderão dentro em pouco».

Este merito, folgo eu por minha vez de reconhecer áquelle desvalioso subsidio. Houve, ao menos aqui na Bahia, quem o lesse e não olvidasse o empenho nelle manifestado em descobrir o destino um pouco mysterioso, que tiveram os despojos do celebre jesuita, viajados e apartados por varios logares.

Até o ponto aonde conseguiram chegar os meus esforços de investigador occasional, consulta de biographias, busca de documentos e informes, deducção de testemunhos e factos historicos, apurei que no templo do Collegio dos Jesuitas, nesta cidade, haviam repousado esses preciosos restos, menos uma parte, que daqui passou a Roma, e outra, que, affirma a tradição ter ficado na antiga capitania do Espirito Santo. As reliquias, trasladadas em 1611 da villa da Victoria, foram apenas removidas da capella-mór para outro lo-

gar desconhecido no dito collegio. Em terra brazileira foi essa incontestavelmente a sua derradeira estancia.

O ponto que restava por elucidar cifrava-se nas seguintes interrogativas, por mim formuladas: «E' admissivel que á sombra do primeiro collegio da ordem não ficassem assignaladas nem garantidas as reliquias de um dos seus maiores e mais benemeritos irmãos? Seriam ellas, pelo tempo adiante, enviadas tambem para Roma? Ou estarão em algum recesso ainda por explorar? Ou teriam participado da profanação que soffreram os santuarios da Bahia, durante a occupação hollandeza?» Dado o apreço ligado á questão pelo Instituto Historico, era de esperar, cedo ou tarde, viesse a resolver-se a incognita.

Pois bem, eil-a descoberta.

Menos de seis mezes decorridos da publicação do meu trabalho, cabe-me vir projectar sobre esse ponto obscuro a luz de um documento decisivo. E o ensejo de fazel-o já, em tão curto prazo, devo-o ao interesse com que fui lido por um illustrado homem de letras e distincto funccionario dos Correios da Bahia, o Sr. José Teixeira Barros, que em carta datada de 17 de fevereiro do corrente anno teve a bondade de indicar-me o ultimo volume impresso dos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, onde se lhe deparou o alludido documento. Trata-se de uma carta escripta e endereçada ao rei D. José I, de Portugal, por um desembargador da Relação da Bahia, ácerca do sequestro e inventario dos bens dos jesuitas.

Na collecção que possuo dos *Annaes*, onde hauri alguns elementos para a minha primeira communicação, faltava, entre outros, esse volume, que é o XXXI, correspondente ao anno de 1909. Muito provavelmente não o poderia possuir, na occasião em que escrevi sobre as reliquias do apostolo, porquanto a sua publicação se fez no mesmo anno findo de 1913. Recorrendo aos prestimos de um amigo no Rio, acabo de receber esse volume dos *Annaes* e de certificar-me que não andou muito longe do facto uma das conjecturas que

a proposito formulei. Vejo tambem que tive plena razão escrupulizando em admittir que sob o tecto do collegio as ultimas reliquias do grande propagandista do Evangelho não houvessem encontrado quem as resguardasse do abandono e as assignalasse á posteridade. Verifico ainda que a invasão hollandeza, segundo deduzi, a occupação do collegio e de sua igreja pelos invasores, não attingiu absolutamente os restos de Anchieta, sem duvida postos a boin recato pelos jesuitas desalojados.

As reliquias, que estiveram expostas ao lado do altar-mór do templo do Terceiro, até 1625-1626, permaneceram no collegio, guardadas com zelo e decencia pelos padres da companhia, por tempo maior de seculo e meio, depois de subtraidas á veneração do povo, conforme mandara o decreto de Urbano VIII. Isto é, até 1760.

Esse anno é o da expulsão de todos os padres da Companhia de Jesus, estabelecidos na Bahia, em virtude do decreto com que D. José I, pelo seu ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, ordenara, em 1759, fossem os jesuitas *prompta e effectivamente exterminados, desnaturalizados, proscritos e expulsos*, dos seus reinos e dominios.

Em consequencia da expulsão, o cabido da Bahia houve de providenciar por ordem régia para que as igrejas, a casa professa e demais collegios da companhia, com os respectivos ornamentos e alfaias, lhe fossem entregues por inventario, afim de não ser interrompido o culto divino nesses estabelecimentos.

Desde novembro de 1759, fôra o chanceller da Relação da Bahia Thomaz Roby de Barros Barretto encarregado de proceder ao sequestro, inventario e venda de todos os bens, que os jesuitas possuiam na cidade e mais partes do Estado do Brazil.

No governo do vice-rei, marquez do Lavradio, successor do conde dos Arcos, muito adiantado iam

os processos de apprehensão e venda em hasta publica dos bens corruptiveis, cujo producto se ia recolhendo, á proporção das arrematações, a um cofre instituido pelo conde dos Arcos.

Em abril de 1760, já o cofre accusava a existencia de quantia superior a trinta contos de réis.

O chanceller Thomaz Roby escreveu, então, ao rei D. José, uma longa carta, de 12 do dito mez, em que lhe dava conta das diligencias até aquella data executadas e com a qual lhe fazia a remessa da referida quantia.

E' esta carta o documento que devia esclarecer, como por si só esclarece, supposto existam outras, o destino que tiveram as reliquias do jesuita canarim, até áquelle anno conservadas effectivamente no collegio da Bahia.

Entre innumeros papeis officiaes, relativos ao Brazil, a carta do chanceller se guardava no Archivo de Marinha e Ultramar da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Ahi afundada até ha pouco, difficil seria ter-se no Brazil o meio de solver a questão suscitada pela homenagem que a Inspectoria do Serviço de Protecção aos Indios resolveu prestar á memoria de Anchieta.

O assumpto carecia, por certo lado, de interesse bastante para levar alguem expressamente aos archivos de Portugal.

Perdida a respeito a tradição, ignorado qualquer outro documento, continuariamos ainda muito tempo, talvez, diante de um enigma, se um funccionario da Bibliotheca Nacional de Lisboa não se lembrasse de propôr ao director da nossa bibliotheca, no Rio, organizar o inventario dos papeis daquelle archivo concernentes ao Brazil.

Acceita a proposta, em 1908, pelo ministro do interior, logrou a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro dar a estampa, o anno passado, este primeiro tomo do inventario, todo consagrado á Bahia, contendo mais de seis mil verbetes, seguidos, muitos delles, da transcripção integral dos documentos.

Do que escreveu o chanceller Roby, passo a reproduzir o periodo final, sublinhando o que mais importa saber.

«A falta dos inventarios do Piauhi, Sergipe, Jaboatão e Rio de S. Francisco inteiramente me privão de mandar á V. M. na presente occazião um mappa individual de todos os bens aprehendidos aos denominados Padres da Companhia de Jesus; porém sempre remeto esse tal com certeza do que se acha aprehendido e com estimativa do que falta e tambem em observancia das Reaes ordens de V. M. e das portarias, que accuzão as cópias incluzas, remetto á V. M. nesta occasião 30:272$970 réis, que se achavão no cofre da dita arrecadação, depois de abatidas as despezas que por ordem de V. M. se fizerão com os Religiosos da sobredita denominada Companhia de Jesus; *e acompanha a dita remessa hum cofre de jacarandá com sua forragem de prata, em que vão as estimaveis reliquias do Veneravel Padre Anchieta e constão de 4 ossos das canellas e 2 tunicas; o que tudo entregará o Capitam de Mar e Guerra Antonio Brito Freire a quem V. M. o determinar,* mandando-me o que mais for do seu real agrado...» (Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, vol XXXI, pags. 387 a 389).

Anteriores a este, datados de 11 de março e 10 de abril de 1760, são dois outros documentos, com referencia ao mesmo objecto, dos quaes encontro noticia no inventario. O primeiro, apenas apontado, é a copia da portaria do marquez do Lavradio, ordenando ao chanceller da Relação que fizesse remetter para Lisboa as reliquias do padre Anchieta «*que se encontravão no Collegio que fôra dos Jesuitas*». O segundo, transcripto na integra, é a certidão, passada pelo juiz de fóra do civel e crime da Bahia, João Ferreira de Bettencourt, das diligencias em que funccionava como escrivão. Refere-se ás portarias do vice-rei ordenando ao chanceller Thomaz Roby que «faça remetter a El-Rey Nosso Senhor pelo seu Tribunal da Suprema Junta da Inconfidencia todo o dinheiro que tiverem pro-

duzido as arrecadaçoens dos bens que até agora possuirão os denominados Padres da Companhia de Jesus *e da mesma sorte as reliquias do Veneravel Padre Anchieta,* ao que tudo satisfez o dito Ministro *fazendo embarcar na Nau* Nossa Senhora da Ajuda *e* S. Pedro de Alcantara, *de que he commandante Antonio de Brito Freire, 30:272$960 e da mesma sorte o cofre das referidas reliquias*».

Em um cofre de jacarandá, com fechos de prata, seguiram, pois, para Lisboa, desde 1760, os ultimos despojos de José de Anchieta, que eram conservados no collegio da Bahia. E seguiram na mesma viagem das náos de guerra, que transportaram 124 dos jesuitas expulsos desta cidade.

Cessou desta arte, a cento e cincoenta e quatro annos, a obrigação de que nos haviam onerado os destinos que trouxeram ás plagas da *India Brazilica,* ainda muito joven, o extraordinario catechista, iniciador da America na civilização e no Evangelho.

Findou, ao mesmo tempo, para os investigadores do nosso passado, uma dentre as tarefas sem numero, que lhes reclamam a dedicação e a competencia.

A Portugal, e não mais ao Brazil, a responsabilidade do sagrado deposito.

Bahia, 7 de abril de 1914.

XAVIER MARQUES.